



1ª CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2015/2017

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE RIO VERDE - SINTEERV, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antônio Graciano Ribeiro, **SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIAS - SEMESG**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jorge de Jesus Bernardo, celebram a 1ª CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2017 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a categoria Auxiliares de Administração Escolar, com abrangência territorial em Rio Verde.

Salários, Reajustes e Pagamento - Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Fica mantido o piso salarial de R\$ 800,00 (oitocentos reais), já fixado na CCT celebrada com o SINAAE, sobre o qual será aplicado os reajustes conforme descrito abaixo:

Parágrafo Primeiro - Ratifica-se o reajuste de 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento), concedido em 1º de fevereiro de 2015 sobre o piso salarial legalmente devido em janeiro de 2015, a título de antecipação, que correspondeu a 80% (oitenta por cento) do INPC do IBGE projetado para o período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, conforme estabelecido na Convenção celebrada com o SINAAE 2015/2017, devidamente registrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o nº SRT00043/2015 em 12 de fevereiro de 2015.

Parágrafo Segundo - Ao 1º de maio de 2015, o piso salarial dos auxiliares administrativos será corrigido pelo INPC do IBGE, acumulado no período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 e será compensada a antecipação de que trata o parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro - Em 1º de agosto de 2015, será concedido reajuste de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), sobre piso salarial praticado em janeiro de 2015.

☎ 64 3612 3396

✉ sinteerv@hotmail.com

🏠 Rua Fortunato de Castro, Qd. 60, Lt. 07, Sala 04, Setor Morada do Sol,
Rio Verde - GO / CEP.: 75.908-720



Parágrafo Quarto - Em 1º de fevereiro de 2016, será concedido, a título de antecipação, reajuste de 80% (oitenta por cento) do INPC do IBGE projetado para o período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, aplicável sobre o piso salarial legalmente devido em janeiro de 2016.

Parágrafo Quinto - Ao 1º de maio de 2016, o piso salarial dos auxiliares administrativos será corrigido pelo INPC do IBGE, acumulado no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e será compensada a antecipação de que trata o parágrafo quarto.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA – DA ANTECIPAÇÃO DO REAJUSTE SALARIAL NAS DATAS-BASES DE 2015 E 2016

Parágrafo Primeiro – Ratifica-se o reajuste de 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento), concedido em 1º de fevereiro de 2015 sobre os salários legalmente devidos em janeiro de 2015, a título de antecipação, que correspondeu a 80% (oitenta por cento) do INPC do IBGE projetado para o período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, conforme estabelecido na Convenção celebrada com o SINAAE 2015/2017, devidamente registrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o nº SRT00043/2015 em 12 de fevereiro de 2015.

Parágrafo Segundo - Ao 1º de maio de 2015, os salários dos auxiliares administrativos serão corrigidos pelo INPC do IBGE, acumulado no período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, será compensado a antecipação de que trata o parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro - Em 1º de agosto de 2015, será concedido reajuste de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), sobre os salários praticados em janeiro de 2015.

Parágrafo Quarto - Em 1º de fevereiro de 2016, será concedido, a título de antecipação, reajuste de 80% (oitenta por cento) do INPC do IBGE projetado para o período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, aplicável sobre os salários praticados em janeiro de 2016.

Parágrafo Quinto- Ao 1º de maio de 2016, os salários dos auxiliares administrativos serão corrigidos pelo INPC do IBGE, acumulado no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, será compensada a antecipação de que trata o parágrafo quarto.

Parágrafo Sexto - Caso a inflação medida nos períodos de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 e de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 resultar em índice inferior ao dos índices das antecipações previstos nesta Cláusula, as diferenças serão consideradas ganho real de salário, não podendo haver compensação, presente e/ou futura.

Parágrafo Sétimo - Os índices de reajustamento salariais incorporam-se ao salário em definitivo, não podendo ser objeto de qualquer compensação, presente ou futura.

☎ 64 3612 3396

✉ sinteerv@hotmail.com

🏠 Rua Fortunato de Castro, Qd. 60, Lt. 07, Sala 04, Setor Morada do Sol,
Rio Verde - GO / CEP.: 75.908-720



Parágrafo Oitavo – Caso haja desligamento do Auxiliar, antes dos reajustamentos salariais previstos nesta cláusula, a IES deverá proceder o pagamento das verbas rescisórias com a aplicação integral dos reajustes acordados.

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DA MULTA POR ATRASO DE SALÁRIOS

Estabelece-se multa de 5% (cinco por cento) sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso no pagamento de até 20 (vinte) dias, e de 1% (um por cento), por dia, no período subsequente, limitada à última remuneração do auxiliar.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros - Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SEXTA - DAS HORAS EXTRAS

Fica assegurado ao Auxiliar de Administração Escolar o pagamento das horas extras com adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Único. A IES poderá aumentar, proporcionalmente, a jornada diária de trabalho de segunda a sexta-feira, para a compensação de folga concedida ao Auxiliar de Administração Escolar preferencialmente no sábado, desde que no estabelecimento de ensino haja atividades regulares nesse dia, com os devidos registros das horas trabalhadas e compensadas, cuja concordância, pelo SINTEERV e SEMESG, fica expressa nesta Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos do art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, e do art. 59, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Adicional Noturno

CLÁUSULA SÉTIMA - DO TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno, assim entendido aquele realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, será remunerado com acréscimo de 20% (vinte por cento).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA OITAVA - DO LANCHE

A Mantenedora de Estabelecimento de Educação Superior se compromete fornecer, a cada período de 4 (quatro) horas, dentro do expediente de trabalho, ou seja, no período matutino, vespertino e noturno, em local apropriado, pão, leite e café, para o Auxiliar de Administração Escolar.



Auxilio Educação

CLÁUSULA NONA - DA BOLSA DE ESTUDO ✓

Será concedida Bolsa de Estudo, pela Mantenedora de Estabelecimento de Educação Superior, observadas as seguintes regras básicas: ✓

I – desconto de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor da semestralidade de cada bolsa, para o Auxiliar de Administração Escolar e/ou dependentes, que tiver até 1 (um) ano de labor no Estabelecimento de Ensino Superior; ✓

II – desconto de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o valor da semestralidade de cada bolsa, para o Auxiliar de Administração Escolar e/ou dependentes, que tiver de 1 (um) ano e 1 (um) dia até 2 (dois) anos de labor no Estabelecimento de Ensino Superior; ✓

III – desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da semestralidade de cada bolsa, para o Auxiliar e/ou dependentes, que estiver trabalhando a mais de 2 (dois) anos e 1 (um) dia no Estabelecimento de Ensino Superior; ✓

IV – fica garantido, o desconto a maior, concedido anteriormente à assinatura desta CCT. ✓

V – o benefício previsto no caput fica limitado em até 2 (duas) bolsas vinculadas a um Auxiliar de Administração Escolar, cujos beneficiários serão o próprio funcionário e/ou filhos (as) e/ou dependentes legais; ✓

VI – somente será concedida para cursos de graduação, exceto para graduação em Medicina e Odontologia; ✓

VII – no caso de desligamento do Auxiliar de Administração Escolar, no curso do semestre letivo, a bolsa será mantida até o final deste; ✓

VIII – no caso de reprovação, a nova matrícula na respectiva disciplina (dependência), ficará excluída da bolsa; ✓

IX – fica facultado a Mantenedora conceder bolsa em percentual acima do previsto nos incisos I, II e III, desta Cláusula. ✓

Parágrafo primeiro. O benefício da bolsa, não integra o salário do Auxiliar de Administração Escolar, para nenhum efeito. ✓

Parágrafo Segundo. Em caso de dispensa sem justa causa fica(m) garantida(s) a(s) bolsa(s) de estudo(s) no caput até o final do semestre letivo para o Auxiliar demitido dependente que labore em Estabelecimentos de Ensino Superior. ✓



Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AMAMENTAÇÃO

Garante-se a Auxiliar, no período de amamentação, o recebimento do salário quando o empregador não cumprir as determinações dos §§ 1º e 2º, do art. 389, da CLT.

Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APOSENTADORIA

Salvo demissão por justa causa ou pedido de demissão, fica assegurada a garantia de emprego nos 12 (doze) meses que antecederem a data em que o Auxiliar de Administração Escolar adquirir o direito à aposentadoria voluntária, desde que trabalhe na empresa, no mínimo, há 3 (três) anos.

§1º. É do empregado a exclusiva responsabilidade de informar à Mantenedora de IES, antecipadamente, o seu enquadramento na situação prevista no caput desta cláusula.

§2º. Adquirido o direito, com ou sem a aposentação, extingue-se a garantia.

**Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades
Desligamento/Demissão**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO

A homologação de rescisão contratual do Auxiliar, com mais de 01 (um) ano de contrato, será, obrigatoriamente, realizada com assistência do SINTEERV em sua sede ou, quando fora do Município de Rio Verde, por órgão competente, devendo a Entidade Mantenedora de Estabelecimento de Educação Superior, informar ao Auxiliar, por escrito, quando da demissão, o local, a data e o horário para a homologação da rescisão.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO AVISO PRÉVIO

Assegura-se aos Auxiliares de Administração Escolar, quando demitidos sem justa causa, aviso prévio, na seguinte proporção:

- a) O Auxiliar de Administração Escolar com até doze meses de trabalho no mesmo estabelecimento de ensino, 30 (trinta) dias;



b) O Auxiliar de Administração Escolar, com mais de doze meses de serviço no mesmo estabelecimento de ensino, acrescentam-se 5 (cinco) dias por ano, ou fração igual ou superior a seis meses, até o terceiro ano; e, a partir do quarto ano, inclusive, acrescentam-se 3 (três) dias por ano trabalhado, consoante com a Lei n. 12.506/2011.

Outras normas referentes à admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CONTRA-CHEQUES

A Entidade Mantenedora de Estabelecimentos de Educação Superior fornecerá ao Auxiliar de Administração Escolar, os elementos informativos da remuneração mensal com a especificação das verbas que a compõe, bem como os descontos legais e autorizados, impresso ou por via eletrônica.

**Relações de Trabalho, Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades -
Qualificação/Formação Profissional**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A Entidade Mantenedora de Estabelecimento de Educação Superior se compromete a liberar o Auxiliar, mediante solicitação prévia, sem qualquer prejuízo financeiro, para comparecer a cursos de qualificação e atualização profissional promovidos pelo SINTEERV, aos sábados e durante recessos escolares, por meio de parcerias com SENAI, SENAC, SEST, bem como com o SEMESG e outros, voltados para as atividades exercidas pelo Auxiliar.

Parágrafo único - O Auxiliar de Administração somente ficará isento de desconto dos dias liberados, caso faça prova do seu comparecimento ao curso de profissionalização, mediante apresentação de declaração de frequência pela empresa ou profissional contratado para ministrar referido curso.

**Jornada de Trabalho, Duração, Distribuição, Controle, Faltas
Intervalos para Descanso**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA JORNADA DE TRABALHO 12X36

Fica admitida a jornada de trabalho 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), observado o intervalo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

O intervalo intrajornada, para repouso ou alimentação, na forma prevista no art. 71, da CLT, poderá ser estendido para além de 2 (duas) horas, sem que se caracterize hora extraordinária, desde que, seja firmado Acordo Coletivo entre a IES e o SINTEERV.

☎ 64 3612 3396

✉ sinteerv@hotmail.com

🏠 Rua Fortunato de Castro, Qd. 60, Lt. 07, Sala 04, Setor Morada do Sol,
Rio Verde - GO / CEP.: 75.908-720



Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS FALTAS ABONADAS

Não serão descontadas no decurso dos 4 (quatro) dias as faltas verificadas por motivo de gala, ou luto, em consequência do óbito do cônjuge, mãe, pai, filho e irmão.

Parágrafo único - Não serão descontadas dos Auxiliares de Administração Escolar as faltas ocorridas por motivo de doença de filhos(as) menores, de filhos(as) maiores dependentes, se portadores de deficiências permanentes, limitadas a uma por semestre, mediante apresentação de atestado médico de acompanhante e comprovação da indisponibilidade de outro familiar para fazê-lo.

Férias e Licenças - Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS FÉRIAS

As férias do Auxiliar de Administração Escolar terão duração de 30 (trinta) dias no total, podendo parcelar em duas vezes de 15 (quinze) dias, desde que seu início não coincida com sábado, domingo ou feriado.

Licença Maternidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ESTABILIDADE PARA GESTANTE

Ressalvadas as hipóteses de justa causa e pedido de demissão, a Auxiliar de Administração Escolar, gestante, terá uma estabilidade provisória, desde a concepção, até 5 (cinco) meses após o nascimento, podendo, ainda, para efeito de licença maternidade, afastar-se do trabalho 4 (quatro) semanas antes da data prevista para o parto desde que comprovada a gravidez por meio de atestado médico.

Saúde e Segurança do Trabalhador - Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO USO DE UNIFORMES

Quando a Entidade Mantenedora de Estabelecimento de Educação Superior exigir o uso de uniforme, deverá fornecê-lo, gratuitamente.

Relações Sindicais - Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO ACESSO LIVRE ÀS ESCOLAS

☎ 64 3612 3396

✉ sinteerv@hotmail.com

🏠 Rua Fortunato de Castro, Qd. 60, Lt. 07, Sala 04, Setor Morada do Sol,
Rio Verde - GO / CEP.: 75.908-720



Fica assegurado aos diretores do SINTEERV o livre acesso às dependências das IES, durante os intervalos destinados à alimentação e ao descanso, bem como o direito de afixar cartazes e avisos de comunicação, por pessoa devidamente autorizada pela Entidade Sindical, podendo, inclusive, reunir com os auxiliares em outros horários para tratar de assuntos do interesse da categoria, sendo vedada a divulgação de matéria ofensiva e de cunho político-partidária, sempre exigido, em qualquer hipótese, o agendamento prévio com a direção de cada IES.

Parágrafo único - Também, fica assegurado à Comissão Eleitoral, no período eleitoral, o acesso nas dependências das IES para a coleta de votos, mediante calendário encaminhado previamente à direção de cada IES.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA TAXA ASSISTENCIAL AO SEMESG

As Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior, abrangidos por este Instrumento normativo, obrigam-se a recolher ao SEMESG, às suas expensas, o valor equivalente a 3% (três por cento), correspondente à folha de pagamento dos Docentes e Administrativos, **caso não tenha sido recolhido por outra Convenção Coletiva**, praticada nos meses de abril de **2015** e de **2016** (Líquida de Encargos patronais), que deverá ser pago até o dia 15 de maio dos respectivos anos. A contribuição Assistencial é limitada ao teto de R\$ 26.582,50 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta e dois reais, cinquenta centavos) anualmente.

Parágrafo único - O recolhimento, de que trata o caput desta cláusula, deverá ser efetuado mediante depósito na Conta Corrente n. 52.113-2, do SEMESG, CNPJ: 09.518.727/0001-30, junto ao Banco SICOOB SGPA, Agência n. 3285 (Goiânia), com o envio do respectivo comprovante pelo endereço eletrônico financeiro@semesg.org.br ou pelo fax (062) 3225-1472, no prazo de até 3 (três) dias úteis após efetuada a quitação. Caso a Instituição optar pelo pagamento via boleto bancário, a solicitação poderá ser feita através do e-mail financeiro@semesg.org.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Até 30 (trinta) dias, após a celebração deste instrumento normativo, deverá a Entidade Mantenedora de Estabelecimento de Educação Superior abrangido por esta Convenção Coletiva de Trabalho, remeter ao SINTEERV, cópias da RAIS e do comprovante do recolhimento da Contribuição Sindical Anual relativos aos Auxiliares de Administração Escolar.

☎ 64 3612 3396

✉ sinteerv@hotmail.com

🏠 Rua Fortunato de Castro, Qd. 60, Lt. 07, Sala 04, Setor Morada do Sol,
Rio Verde - GO / CEP.: 75.908-720



Disposições Gerais - Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FÓRUM CONCILIATÓRIO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS

Fica mantido o Fórum Conciliatório para Solução de Conflitos Coletivos, cuja composição será paritária, por representantes de cada uma das entidades sindicais signatárias desta CCT, que tem como objetivos:

I – procurar resolver questões referentes ao não cumprimento de normas estabelecidas na presente CCT, bem como eventuais divergências trabalhistas existentes entre a Mantenedora e seus Auxiliares de Administração Escolar;

II – elucidar eventuais divergências de interpretação das cláusulas desta CCT;

III – discutir e deliberar sobre questões não contempladas na presente CCT;

§1º. O Fórum deliberará por consenso.

§2º. Nenhuma das partes envolvidas em conflito coletivo proporá ação em Juízo, enquanto as negociações estiverem abertas no Fórum.

§3º. As decisões do Foro terão força de lei entre as partes acordantes e o descumprimento das suas deliberações gerará aplicação de multa a ser fixada no ato decisório.

§4º. Na hipótese de incapacidade econômico-financeira das Mantenedoras, os casos serão remetidos para análise e deliberação do Foro.

§5º. A organização e o funcionamento do Foro serão objeto do seu Regimento interno, a ser aprovado entre o SEMESG e o SINTEERV.

Sindicato dos Trabalhadores em
Estabelecimentos de Ensino
de Rio Verde - GO

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO E DA REVISÃO

Os sindicatos convenientes poderão decidir pela prorrogação do prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, fixado em sua Cláusula 1ª, bem como pela sua revisão total ou parcial observada as normas legais aplicáveis.

☎ 64 3612 3396

✉ sinteerv@hotmail.com

🏠 Rua Fortunato de Castro, Qd. 60, Lt. 07, Sala 04, Setor Morada do Sol,
Rio Verde - GO / CEP.: 75.908-720